

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, MOVIMENTO SINDICAL E PARTICIPAÇÃO: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Maria Cecília Pereira¹
Tatiane Silva Tavares²

Resumo

Objetiva-se analisar as percepções dos membros do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Mecânicas e Auto-elétricas, no sul de Minas Gerais. A finalidade é apreender visões consolidadas quanto ao processo de participação. Para alcançar o objetivo do trabalho, valeu-se da Teoria das Representações Sociais como postura epistemológica de estudo, e da análise qualitativa de entrevistas como método. O escopo do estudo inicia com uma análise contextual do trabalho na sociedade contemporânea, bem como do desenvolvimento do sindicalismo nesse contexto. Posteriormente, foram apresentadas algumas reflexões acerca do conceito de participação. As análises revelaram a ocorrência de duas categorias de representação: a) fatores de resistência à participação; e, b) fatores de impulso à participação. Acredita-se que este trabalho possa contribuir para pesquisas acerca do fenômeno da participação, principalmente no movimento sindical. Além disso, o trabalho pode auxiliar na compreensão dos membros sindicalistas e de outras instituições, a respeito de suas estratégias de ação.

Palavras-chave: Relações de trabalho. Movimento sindical. Participação. Representações sociais.

1 INTRODUÇÃO

O sindicato, instituição de destaque do período industrial capitalista, passa por transformações advindas da reestruturação nas relações de trabalho desde 1970, que marcaram países industrializados e em fase de desenvolvimento. Mais especificamente, trata-se de um processo de reestruturação nos arranjos produtivos abrangendo todos os setores da economia. Nessa conjuntura, destacam-se as políticas neoliberais e a abertura do mercado como “pano de fundo” para uma nova dinâmica de acumulação capitalista mundial.

No contexto brasileiro, a abertura comercial, a sobrevalorização cambial, a invasão de sistemas organizacionais caracterizados como sendo próprios do “toyotismo” e a maior preocupação com a qualidade final do produto e do serviço, exigiram das empresas o

¹ Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). R. João Laurente, 175, Cruzeiro do Sul - Lavras - MG - CEP 37.200-000 - cecilia@navinet.com.br.

² Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). R. Dr. João Lacerda, 366, Retiro – Lavras – MG – CEP 37200-000 - tatianestavares@bol.com.br. Recebido em: 30/01/2006. Aceito em: 03/05/2006.

incremento do padrão tecnológico e a reorganização do processo e da força de trabalho. Esse fato marcou um cenário de degradação das relações trabalhistas, principalmente no âmbito industrial.

O fenômeno das mudanças no mundo do trabalho pode ser complementado pela exploração da força de trabalho, que persistiu e ampliou-se a partir da década de 1970, tendo em vista que o ganho de produtividade alcançado por uma força de trabalho mais qualificada não correspondeu a um aumento do salário real. Sendo assim, evidencia-se uma “nova classe de trabalhadores”, mais qualificada, pressionada pela concorrência e amedrontada pelas relações de trabalho precárias, características do contexto apresentado.

Tais implicações se refletem nos movimentos sindicais em termos de descentralização das negociações coletivas e da dificuldade de “recrutar” trabalhadores que se encontram dispersos e receosos quanto ao movimento. Os sindicatos necessitam de legitimação, de conquista de espaço, para que possam atuar e fazer valer seus princípios. Dessa forma, o processo de participação se torna central para a discussão na medida em que, por meio desse conceito, pode-se ampliar o espaço de poder ou de atuação do movimento sindical.

Os sindicatos devem estar atentos à participação, tanto dos trabalhadores em seus processos, quanto da sua própria participação nas decisões organizacionais relacionadas aos trabalhadores. Essa perspectiva, da participação como “ampliação de espaços”, parte da idéia de participação descrita a partir da noção de campo (BOURDIEU, 1998). No caso do sindicato, pode-se observar o uso dessa noção de participação para o processo de emancipação do trabalhador, criando um ponto de diferenciação entre os campos sindical, empresarial e, até mesmo, entre os diversos tipos de sindicalismo: desde os mais *combativos* até os mais *corporativos*. Sendo assim, cada grupo tenta legitimar o significado de sua atuação, ampliando a participação e conquistando seu espaço de ação.

Por meio deste trabalho, pretende-se analisar as percepções dos membros do **Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Mecânicas e Auto-elétricas**, em um município localizado no sul de Minas Gerais, com a finalidade de apreender algumas visões consolidadas acerca do processo de participação.

Para alcançar o objetivo do trabalho, valeu-se da Teoria das Representações Sociais (TRS) como postura epistemológica de estudo e da análise qualitativa das entrevistas como método. A noção de representação social vem sendo desenvolvida na Psicologia Social e permite a análise das representações individuais mediante a externalização no ambiente social. Desse modo, as análises realizadas a partir desse enfoque revelaram a subjetividade como algo que emerge da interface do individual com o social.

Para tanto, o escopo do estudo apresenta uma análise contextual do ambiente do trabalho na sociedade contemporânea e do processo de reestruturação, com ênfase para o setor industrial, bem como do desenvolvimento do sindicalismo nesse contexto. Posteriormente, foram apresentadas algumas reflexões acerca do conceito de participação, a postura epistemológica de pesquisa e, finalmente, foram discutidos os resultados e apresentadas as considerações finais.

2 A NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E O MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

A organização do trabalho fundamentou seus princípios básicos no método *taylorista* de produção e na base técnica proveniente da 2^a Revolução Industrial do fim do século XIX. Esses fatores acabaram por alavancar padrões de organização do trabalho e de desenvolvimento capitalista que surgiram na indústria automobilística nos Estados Unidos e se expandiram no pós-guerra para a Europa, qual seja: o *fordismo*. Trata-se de um modelo gerencial e de produção rígido que predominou dos anos de 1930 aos anos de 1970. Desse modo, o período implicou um conjunto de práticas de controle do trabalho, hábitos de consumo, tecnologias e regime de emprego (padronizado e “para a vida toda”), que generaliza o conceito de fordismo como um modo de adaptação do homem às exigências do sistema fabril (FILGUEIRAS, 1997).

O modelo fordista de produção, por ser um modelo de produção em massa, exigia o consumo em massa, o que propiciou a inclusão social de grande número de trabalhadores, se constituindo numa exigência objetiva do desenvolvimento do capitalismo. Porém, conforme adverte Castel (1998), essa inclusão caracterizava-se por uma inclusão marginalizada, na qual os trabalhadores tinham acesso ao consumo de massa, ao lazer de massa, ou seja, encontravam-se parcialmente inclusos no sistema capitalista.

No início da década de 1970, assistiu-se ao desmoronamento da ordem internacional construída no pós-guerra. Os países centrais sinalizavam em direção a um novo período de crise, marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo, e reforçado por diversos fatores como capacidade ociosa no setor produtivo e quedas na produtividade e lucratividade, acirradas pela intensificação da competição internacional e pelos efeitos da crise do petróleo, em 1973 (HARVEY, 1996). Nesse contexto, surgiu uma fase de transição para um novo regime de acumulação capitalista e para a *reestruturação produtiva*, se constituindo numa resposta à crise do fordismo.

Quando os países avançados sofriam os primeiros impactos da crise, na década de 1970, a economia brasileira teve grande expansão, ainda liderada pela indústria. Esse processo foi garantido por um padrão de concorrência restrita, voltada para um mercado interno em crescimento e relativamente fechado às importações.

Nesse período, o sindicalismo brasileiro, em comparação com o sindicalismo de outros países industrializados, ainda demonstrava uma singular combatividade e capacidade de mobilização social, apesar da deterioração macroeconômica internacional. No Brasil, a economia protegida da concorrência internacional, propiciava um mundo do trabalho estruturado em algumas categorias assalariadas, organizadas num aparato sindical-corporativo unitário, que garantia um poder de barganha relativo. Além de um setor público cuja dinâmica positiva do emprego garantia a pequena deterioração do mercado de trabalho (ALMEIDA, 1996).

No entanto, a partir de 1980, duas ordens de problemas acirraram a expansão industrial no Brasil: a crise financeira internacional e o esgotamento do próprio autoritarismo, abrindo espaço ao processo de redemocratização. Assim, o processo de reestruturação das relações de trabalho iniciou-se timidamente, já na segunda metade da década de 1980, acelerando-se rapidamente a partir de 1990, com a abertura econômica implementada pelo governo Collor, quando lançou sua Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), considerada como marco do novo modelo industrial no país (ALMEIDA, 1996).

Desse modo, a indústria é confrontada com uma política industrial que pressiona para o fim do protecionismo e para a abertura de fronteiras. O novo modelo industrial, centrado principalmente na adoção de novas formas de gestão/organização da produção, aprofundou-se com a política de estabilização e facilidade para exportação, que vem exigindo das empresas transformações em ritmo acelerado (FILGUEIRAS, 1997).

Esse novo regime, denominado de “acumulação flexível”, apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, implementação de novas tecnologias de produção e novos desenhos organizacionais para a gestão do trabalho. Esse ideário acaba definindo novas práticas produtivas, com impactos diretos sobre o trabalho e a qualificação. A reestruturação das relações de trabalho, assim conduzida, tem como componente básico a busca de:

- a) integração, no sentido de racionalizar e otimizar recursos; e
- b) flexibilidade, em particular na definição do *mix* de produtos e em suas especificações, segundo o perfil dos clientes (LEITE, 1996).

No cenário da política brasileira, o neoliberalismo, instalado mais especificamente na década de 1990, caracterizou a inserção subalterna do Brasil na mundialização do capital, por

meio de políticas que acentuaram a lógica destrutiva do capital no país. A reestruturação assume um caráter defensivo e de controvérsia política, pois envolve soluções que implicam a transferência total ou parcial de bens públicos, em muitos casos, para o capital estrangeiro. Como afirmam Katz e Darbishire (2000, p. 4): "os países diferem em relação a quanto se encontram abertos à competição internacional e quanto a competição internacional constitui-se em nova fonte de pressão"

No cenário industrial, além dos impactos do “neoliberalismo”, a revolução tecnológica e o surgimento de uma nova ideologia de produção impulsionaram para uma nova configuração de empresas, resultado de fusões, alianças e parcerias. O desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva contribuiu, de certo modo, para o aumento da produtividade da força de trabalho no Brasil, decorrente não apenas de investimentos em capital fixo, mas do incremento da taxa de mais-valia absoluta da força de trabalho como, por exemplo, o aumento das horas extras (ALVES, 1999). Nesse contexto, as empresas também enfrentam desafios e incertezas e respondem com formas mais duras em sua relação com os trabalhadores. Para Sorj (2000, p. 6)

Os empregados das indústrias estão, cada vez mais, produzindo bens especializados, em fábricas que empregam consideravelmente menos funcionários e utilizam de forma crescente tecnologias altamente informatizadas. Outras mudanças evidentes são: o declínio significativo do emprego, mesmo nas grandes empresas multinacionais; a forte tendência ao desmembramento de grandes empresas em pequenas unidades produtivas descentralizadas e novos arranjos produtivos como a subcontratação e o trabalho em grupo.

Para Filgueiras (1997), a precarização do trabalho e o desemprego se revelam como instrumento fundamental da disciplina do capital sobre o trabalho, tanto com relação aos níveis de remuneração quanto no que concerne às condições de trabalho no interior das empresas. Para o autor, a sensação de perda *contínua* do emprego, salário e condições de trabalho imprimiu a sua marca em contingentes maciços da População Economicamente Ativa (PEA), fazendo emergir uma precarização da força de trabalho, que se caracteriza não apenas pelo desemprego de massas e pela inatividade, mas pela degradação de estatutos salariais e proliferação de trabalhos temporários, seja em atividades industriais ou de serviços.

Observa-se a constituição de um novo proletariado industrial e de serviços, um contingente mais restrito de trabalhadores, com maior qualificação, que passa a integrar o mundo da produção sob a égide da lógica organizacional (e ideológica) do *toyotismo*. No caso da categoria metalúrgica, tende-se a exigir, cada vez mais, domínio técnico e alto grau de

escolaridade, ou seja, ensino médio e polivalência, isto é, aptidão para trabalhar em vários setores na linha de produção (LARANGEIRA, 2003).

Essa nova geração de trabalhadores, diante da constituição de um precário mundo do trabalho, tende a ter, como observa Rodrigues (1997, p. 123), no caso dos metalúrgicos do ABC: "uma postura mais pragmática e mais realista na relação capital-trabalho". E salienta ainda: "o medo do desemprego passa a ser a principal preocupação para um amplo setor da mão-de-obra".

No âmbito do movimento sindical, que vinha demonstrando forte resistência desde a década de 1980, observa-se a perda das forças a partir de 1990. As bases sindicais da classe metalúrgica de trabalhadores assalariados, categoria importante para a dinâmica da luta de classes no Brasil, tiveram perdas significativas de postos de trabalho, seja devido à nova ofensiva do capital na produção, seja devido à política neoliberal (ALVES, 1999).

A partir de então, ocorreu a dispersão dos coletivos sindicais organizados e das bases sindicais militantes, possuidores de uma experiência de luta de classes, constituída no decorrer dos anos 1980. Mesmo no setor público, onde a ofensiva do capital (na forma da política neoliberal) assumiu a forma de privatização, desmonte e precarização das condições de trabalho e do estatuto salarial, o potencial de mobilização e luta sindical, apesar de vigoroso em algumas categorias mais organizadas, não conseguiu ter a mesma eficácia do movimento sindical da década de 1980 (LARANGEIRA, 2003).

Constata-se, no tocante à prática sindical dos anos 1990, o predomínio de uma nova burocracia sindical, representada, no campo da esquerda socialdemocrata, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), e no campo da direita, pela Força Sindical, que passaram a incorporar práticas sindicais defensivistas de novo tipo, buscando resistir, de modo propositivo (ou de adesão sistemática, como é o caso da Força Sindical), à ofensiva neoliberal (LARANGEIRA, 2003).

Essa crise do sindicalismo caracteriza-se, não apenas pela queda na taxa de sindicalização, mas, principalmente, pela diminuição da eficácia da ação sindical, principalmente aquela vinculada ao *novo sindicalismo* dos anos 1980. Essa tende a perder sua dimensão política, de prática de classe de caráter antagonista diante do capital, assumindo um caráter pragmático-neocorporativista, mais circunscrito à segmentação setorial ou por empresa (RODRIGUES, 1997).

Diante disso, é mister ressaltar o tema da "participação" como instrumento de conquista de espaço e revitalização do movimento sindical.

3 PARTICIPAÇÃO: CONCEITOS E TRAJETÓRIA NO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

A partir da década de 1970, a modernização das indústrias causou profundo efeito para a população como o caso da precarização do trabalho. Nesse cenário, iniciou-se o desenvolvimento de agências orientadas para programas e projetos voltados para os segmentos sociais colocados à margem do “processo de desenvolvimento econômico”. A participação aparece justamente como o elemento comum de tais abordagens, dando ênfase para as pessoas, “alvos” dos programas, ou projetos de desenvolvimento. O que difere nos projetos são as várias estratégias de intervenção, resultando em diferentes dimensões ou significados para o termo participação (ALENCAR, 1997).

Oakely e Marsden (1985 apud ALENCAR, 1997) identificaram diferentes perspectivas para o termo participação, advindas da análise de projetos e programas de desenvolvimento, quais sejam: o envolvimento voluntário, sensibilização dos indivíduos, envolvimento nos processos, direito e dever dos indivíduos participarem nas soluções de seus problemas, busca de autonomia, organização de esforços no controle e distribuição de recursos e aquisição de poder.

Neste capítulo, propõe-se a discussão do conceito de participação e a contextualização dos elementos que impulsionaram a emergência do termo no Brasil. Além disso, apresenta-se a evolução do conceito de participação no âmbito do movimento sindical.

3.1 Perspectivas conceituais da participação

O tema da participação, segundo Gohn (2001), advém da Grécia, tratado no pensamento político principalmente em termos de processo de decisão política e envolvendo, em algumas correntes, a idéia da produção da vontade geral, conquistada pelo voto individual. Em outras correntes, a participação envolve a expressão das ações pelas comunidades no sentido de espírito público. Na abordagem social, a participação aparece articulada à transição da realidade econômica e sociopolítica nos movimentos sociais, por um lado, e na crença da integração e no estado de consciência coletiva por outro.

Na definição de Bordenave (1994), a participação origina-se da palavra “parte”, ou seja, participação é fazer parte, tomar parte e ter parte. A participação está cristalizada nas relações sociais e na internalização do indivíduo bem antes da formulação do seu próprio conceito. O autor explica a participação como algo que se aprende e se aperfeiçoa, para ele,

ninguém nasce sabendo participar, a participação é uma necessidade humana universal. Assim, nas práticas cotidianas da sociedade, nos ambientes familiares, esportivos, culturais, religiosos e laborais é possível verificar que o ser humano troca informações e idéias, realiza tarefas coletivas, se comunica e discute para tomar decisões.

Bordenave (1994) apresenta diversos tipos de participação: a participação de fato, a participação espontânea, a participação imposta, a participação voluntária, a participação provocada e a participação concedida. Nessa tipologia, observa-se a tendência ao crescimento de consciência crítica, a capacidade de tomar decisões e de ampliação do poder (no sentido de ampliação do espaço de ação).

Além dos diversos tipos de participação, o autor ainda classifica vários graus para o fenômeno. O menor grau de participação seria o de informação, muitas vezes o indivíduo tem acesso à informação, mas não à tomada de decisões. Posteriormente, o autor apresenta a consulta facultativa como um grau de participação no qual cabe à administração (de uma organização, por exemplo) consultar ou não seus subordinados. Em seguida, apresenta-se a consulta obrigatória, em que os subordinados devem ser consultados em algumas ocasiões, um exemplo citado por Bordenave (1994) é a negociação salarial: o sindicato representando todos os trabalhadores negocia com os empresários as questões salariais.

Avançando no grau de participação, o autor cita a elaboração/recomendação, em que subordinados apresentam propostas e recomendações cabendo à administração a aceitação ou não. Na escala superior à elaboração/recomendação tem-se a co-gestão, um grau de participação no qual a administração compartilha com seus subordinados a tomada de decisões por meio, por exemplo, do colegiado. Em seqüência, ressalta-se a delegação, por meio da qual os subordinados têm autonomia em certos campos para tomar decisões sem consultar seus superiores. No grau máximo de participação, apresenta-se a autogestão, que é a auto-administração dos subordinados, ou seja, os subordinados serão os administradores, possuindo liberdade para tomar decisões sem qualquer interferência de superiores (BORDENAVE, 1994).

Por outro lado, Demo (1986) deixa de apresentar tipos e graus de participação e trata o fenômeno como conquista. O autor considera a participação um processo infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Nessa perspectiva, a participação faz parte do passado, do presente e do futuro de uma sociedade, mesmo em menor ou maior grau. O autor ainda apresenta alguns instrumentos que ajudam na reflexão sobre participação, deve-se ressaltar que tais instrumentos não resolvem os problemas, mas formam uma estrutura inicial para sua sistematização.

Um primeiro instrumento apresentado por Demo (1986) é a organização da sociedade civil, que pode ser entendida como a capacidade histórica de a sociedade assumir formas conscientes e políticas de organização. Tais sociedades devem ser organizadas para ter condições de defender seus interesses perante os interesses do Estado. Além disso, apresentam-se as organizações representativas maiores, as mais importantes na visão socioeconômica e política da participação: a organização sindical e a partidária. Outros elementos podem ser considerados como instrumentos de participação, como o planejamento participativo, a educação como parte do processo de formação da cidadania e a questão cultural que é entendida como um processo de identificação comunitária, onde todo grupo precisa de um lastro cultural próprio que o identifique, ou seja, toda comunidade tem sua história, seus valores e símbolos cultivados. Uma mobilização participativa deve considerar, inicialmente, traços de identificação cultural da comunidade (DEMO, 1986).

Bourdieu (1998) contribui para a compreensão do conceito de participação na medida em que define os diversos agentes participativos e grupos de agentes em função das suas posições relativas no espaço. As ações coletivas de um grupo estão relacionadas com a distribuição desigual dos diferentes tipos de capitais e os princípios dominados pelo *habitus*. Os capitais podem ser econômico, cultural, social e simbólico. Bourdieu (1998) explica que as espécies de capital funcionam como trunfos no jogo, exercendo poder e definindo as propriedades do campo e as probabilidades de ganho dos agentes envolvidos. Os agentes detentores de capitais determinantes em dado *campo* tentam impor-se a todos, legitimando certa visão de mundo, num princípio de movimento constante a partir das lutas e conflitos, produzidos pela própria estrutura constitutiva do campo. Dessa forma, os atores estariam disputando o poder em determinado “espaço” e ampliando sua participação.

Para o autor, a dinâmica do campo vai sendo modificada ao longo do tempo, introduzindo e alterando os valores vigentes e, conseqüentemente, reconfigurando a lógica do campo, trata-se de um espaço ainda em construção, no qual ocorrem conflitos que visam legitimar ou deslegitimar certos discursos e práticas. Nesse contexto, o mundo social é um espaço de várias dimensões, constituído pelos diversos campos sociais relativamente autônomos. O campo social é o espaço no qual se manifestam as dinâmicas sociais e se estabelecem certas propriedades e regras específicas que são produtos e produtoras da ação dos agentes nos campos, em função das posições relativas neste espaço (BOURDIEU, 1998).

Sendo assim, a tomada de posições nos campos se dá pela intermediação das disposições incorporadas, o que o autor chama de *habitus*. Por sua vez, o *habitus* funciona como o princípio gerador e unificador que “retraduz” as características intrínsecas e

relacionais das posições nos determinados campos. Dessa forma, ao mesmo tempo em que são produtos das posições, os *habitus* são diferenciados, mas também diferenciadores (BOURDIEU, 1998).

3.2 A evolução do conceito de participação no movimento sindical brasileiro

A história do Brasil, marcada pela colonização, escravidão, imperialismo e ditadura, demonstra que a participação foi sempre um desafio perante a tradição autoritária. A participação, mesmo que reprimida, sempre esteve presente no espírito do ser humano. A luta pela democracia, o direito ao voto e a criação de sindicatos foram caracterizados por uma trajetória de movimentos sociais e revolucionários (MARTINS, 2002).

A década de 1960 foi marcada pela mobilização social. O movimento sindical emergiu no contexto da censura e da ditadura e foi obrigado a interromper suas atividades. Contudo, na década de 1970, entre as diversas mudanças políticas e econômicas, o sindicalismo reapareceu no cenário brasileiro, enfrentando diversas dificuldades e conflitos. Durante essa trajetória de lutas e reivindicações, na busca pela recusa da subordinação e exploração, a Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores surgiram na esfera sociopolítica brasileira. A Constituição de 1988 apresenta-se como uma conquista dos conflitos sociopolíticos, tentando reduzir a marginalidade e reafirmar a participação dos cidadãos na esfera pública brasileira, bem como reconhecendo a importância da participação dos sindicatos nas negociações e na defesa dos direitos dos trabalhadores (MARTINS, 2002).

Donadone et al. (2001) realizaram um estudo sobre a evolução do significado do termo “participação” no contexto brasileiro. Para tanto, o autor analisou as percepções veiculadas na imprensa de negócios brasileira, no período de 1967 a 1990. Como contraponto, utilizou-se também dados dos arquivos de publicações sindicais das décadas de 1970 e 1980. No decorrer do período, os autores constataram a evolução do conceito de participação no contexto das disputas nos setores empresarial, sindical e gerencial. Esse fato ocasionou o tratamento do termo participação em várias “arenas” de forma isolada, o que pode estar de acordo com as idéias de Bourdieu (1998) e sua noção de “campo”. Ou seja, os atores dos mais diversos espaços sociais se apropriam do conceito de participação para alcançar objetivos específicos, de acordo com seus interesses.

Donadone et al. (2001) demonstraram que antes da década de 1980 o tema participação era pouco evidenciado, devido às questões como o autoritarismo e repressão, características do período. Com o fim do regime militar, as greves de 1978, a recessão dos

anos de 1980 e a atuação dos diversos setores sociais envolvidos, implicaram o crescimento do número de experiências associadas ao tema participação, a partir de 1980. Esse fato impulsionou a discussão das formas de intervenção dos trabalhadores em aspectos da vida das empresas, associando o termo às formas de negociação direta e à possibilidade de ampliação das reivindicações, passando a abranger, não somente aspectos salariais, mas também questões relacionadas ao cotidiano dos trabalhadores.

Dessa forma, pode-se visualizar o desenvolvimento de “lutas” para a apropriação do conceito de participação que explicam a difusão de novidades organizacionais associadas ao termo, representando a rápida recuperação do poder das empresas pelos *patrões* e gerentes, após o período de contestação que se abriu com as greves operárias de 1978. Nesse cenário, o conceito de participação, no contexto da sociedade industrial brasileira, evoluiu de uma estratégia do movimento operário para uma ferramenta gerencial utilizada nas organizações (DONADONE et al., 2004).

Martins (2002) menciona um novo desafio a ser superado pelos sindicatos, os quais precisam provar sua importância aos trabalhadores, atendendo às suas necessidades de maneira prática. Eles precisam adaptar-se a fim de encarar os desafios de uma economia global cada vez mais integrada, mas sem perder de vista, em primeiro lugar, o motivo de sua existência, como associações voluntárias destinadas a proteger e melhorar as condições de quem trabalha.

A participação é um fenômeno de múltiplas perspectivas e interpretações. Mesmo presente no cotidiano das ações humanas e nos movimentos sociais, é difícil mensurar, com exatidão, os limites conceituais desse termo. Sendo assim, valeu-se da Teoria das Representações Sociais como postura epistemológica de estudo.

4 POSTURA EPISTEMOLÓGICA E METODOLOGIA DA PESQUISA

Partindo do pressuposto de que a participação pode ser representada socialmente pelos membros de um sindicato, a TRS apresenta-se como postura por meio da qual se busca o conhecimento gerado no cotidiano dos atores sociais, expresso por meio da linguagem.

Dessa forma, a pesquisa delinea-se pelo paradigma interpretativo (BURRELL; MORGAN, 1979) e pela análise qualitativa dos dados coletados (SPINK, 1995).

4.1 A Teoria das Representações Sociais (TRS)

Na perspectiva de Berger e Luckmann (1996), o universo simbólico é conhecido como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais. A sociedade histórica inteira e toda a biografia do indivíduo são vistas como acontecimentos que se passam dentro desse universo.

Sendo assim, o universo simbólico é evidentemente construído por meio de objetivações sociais. No entanto, sua capacidade de atribuição de significações excede em muito o domínio da vida social, de modo que o indivíduo pode “localizar-se” nele, mesmo em suas mais solitárias experiências. Nesse sentido, as teorias psicológicas podem ser empiricamente adequadas ou inadequadas no que se refere ao valor delas com esquemas interpretativos, aplicáveis aos fenômenos empíricos da vida cotidiana.

O termo “representação social” é originado da Psicologia Social, a partir da década de 1960. Desde então, o termo vem sendo discutido, empregado e reformulado nas investigações científicas acerca de suas origens e níveis conceituais. Para Minayo (1995), representação social é um conceito filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Ou seja, representa categorias de pensamento, ou percepções, utilizadas para explicar, justificar ou questionar a realidade em que surgiram, cuja funcionalidade é ditada pelas interações sociais do cotidiano.

Spink (1995) corrobora das idéias de Minayo e afirma que no processo de análise das representações sociais não é o indivíduo isolado que é tomado em consideração, mas a exteriorização de suas manifestações na realidade social em que está inserido. As representações sociais devem ser analisadas no contexto de sua produção, já que são manifestadas por meio de palavras, sentimentos e condutas, posteriormente institucionalizados.

Jovchelovitch (1995) advoga que o material primário da psique não tem como expressar-se de forma direta e o modo de expressão possível é exatamente o da representação, em que as pulsões encontram formas substitutivas em diferentes objetos. A atividade psíquica, assim, envolve uma mediação entre sujeito e o objeto-mundo. Esse último, reaparece sob a forma de representações, recriado pela sua própria relação com o mundo. A substância ou o conteúdo do qual as representações são feitas são os símbolos. Dessa forma, o sujeito constrói, na sua relação com o mundo, um novo mundo de significados.

O sujeito psíquico, portanto, não está nem abstraído da realidade social, nem meramente condenado a reproduzi-la. Sua tarefa é elaborar a permanente tensão entre um

mundo, que já se encontra constituído, e seus próprios esforços para ser um sujeito. Portanto, os processos que engendram representações sociais estão embebidos na comunicação e nas práticas sociais: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, em suma, cultura (JOVCHELOVITCH, 1995).

As representações sociais são consideradas, nesta pesquisa, no nível fenomenológico, ou seja, enquanto modo de conhecimento, saberes do senso comum, explicações populares etc. Pode-se afirmar que, nesse nível, as representações sociais são fenômenos específicos, relacionados a um modo particular de compreender e se comunicar, o qual cria tanto a realidade como o senso comum (GUARESCHI, 1996). Portanto, as representações não são um agregado de percepções individuais da mesma forma que o social é mais que um agregado de indivíduos. Assim, a análise deve concentrar-se naqueles processos de comunicação e vida que não somente as engendram, mas que também lhe conferem uma estrutura peculiar.

Da mesma forma que o conhecimento científico, o senso comum envolve conjuntos de abstrações, formalizações e generalizações. Deve-se referir ao campo das representações sociais por meio da valorização da linguagem como expressão das condições da existência. A linguagem revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e tem a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas. No entanto, ainda que as representações produzam a objetivação do grupo, essa objetivação depende do reconhecimento social e da relação entre o discurso e a objetividade do grupo. Ou seja, o grupo depende das propriedades econômicas e culturais que um conjunto de sujeitos tem em comum. Sendo assim, as representações são categorias classificatórias, atravessadas por disputas e lutas pelo poder de categorizar, classificar, representar e se fazer representar (JOVCHELOVITCH, 1995).

4.2 Metodologia de pesquisa

Utilizou-se o método de estudo interpretativo dos fatos e fenômenos de determinada realidade (BURRELL; MORGAN, 1979). Assim, procurando desvendar as representações sociais dos sindicalistas acerca do processo de participação na ação sindical, predomina a dimensão qualitativa na pesquisa (ALENCAR, 1999; SPINK, 1995).

Para o estudo, foram coletados dados provenientes de realização de entrevistas não-estruturadas (ALENCAR, 1999). A análise dos depoimentos dos sindicalistas seguiu a lógica proposta por Spink (1995), no estudo das representações sociais:

- a) imersão no conjunto de informações coletadas, deixando aflorar as representações sem categorizar *a priori*;
- b) b) definição de categorias, presentes na própria organização da linguagem para classificar e explicar o fenômeno estudado; e,
- c) c) construção do mapa cognitivo: organização e ligação de elementos dos depoimentos que permitem visualizar o fluxo das associações de idéias.

A seqüência de análise descrita permitiu a visualização da variedade de idéias presentes em uma única dimensão, pontuando as relações entre elementos cognitivos e identificando as representações sociais dos sindicalistas. A apresentação dos resultados transcorreu por meio de ilustrações (trechos ilustrativos dos discursos) e analogias (entre as representações sociais e os conceitos que sustentam o trabalho).

Vale ressaltar que o trabalho baseou-se no nível individual de avaliação proposto por Wagner (1995), porém, o foco está na análise das percepções, lembranças, atitudes, intenções, pensamento, emoções, afetos, comportamentos e crenças que são **compartilhados** entre atores sociais e **comuns** a grupos sociais. O ponto de interesse, nesse nível, é o conjunto de elementos constantes nas representações dos sindicalistas.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Mecânicas e Auto-elétricas foi selecionado como palco de estudo, devido, principalmente, à importância que a categoria dos metalúrgicos exerce nos movimentos sindicais, tanto do ponto de vista econômico, como da trajetória social.

Compõem o universo de estudo, os trabalhadores sindicalizados e membros da diretoria do referido sindicato, localizado em um município no sul de Minas Gerais. Os atores sociais selecionados para a pesquisa totalizaram 17 entrevistados, os quais foram identificados, no presente estudo, por meio da letra “S” (sindicalista), seguida de uma numeração contínua, de 1 a 17, de acordo com a ordem das entrevistas.

5 PERCEPÇÕES SOCIALMENTE REPRESENTADAS ACERCA DA PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO SINDICAL

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Mecânicas e Auto-elétricas do município em estudo funciona em regime de presidencialismo e conta com vinte e quatro membros na diretoria (universo de estudo) legitimados por eleição. Para fazer parte da diretoria é preciso que o trabalhador seja sócio do sindicato e faça parte de uma *chapa* (partido, organizado pelos próprios trabalhadores e formalizado pelos meios legais). Geralmente, os trabalhadores que se

destacam nas empresas, participam das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), por exemplo, são convidados por membros da diretoria ou de *chapas* já constituídas, para fazerem parte do movimento sindical.

Além disso, o sindicato analisado é dividido nos seguintes departamentos: departamento social esportivo, departamento de formação política, departamento de imprensa, departamento de comunicação e departamento administrativo. Observou-se que a forma departamental de funcionamento da instituição em questão não é fonte de conflito para a realização das atividades sindicais. Esse fato justifica-se pela estratégia de trabalho coordenada, adotada pelo sindicato. Ou seja, juridicamente é preciso registrar o sindicato e a distribuição dos cargos, porém, no cotidiano, as tarefas são coordenadas em equipe.

Vale ressaltar que as percepções dos sujeitos da pesquisa foram analisadas de acordo com a proposta teórico-metodológica. Ou seja, foram consideradas as representações como forma de conhecimento prático e nas respostas individuais, como manifestações de tendências do grupo.

Por meio do acesso às representações sociais construídas pelos atores da pesquisa, foi possível desvendar os significados atribuídos por eles a respeito da ação do sindicato e do processo de participação e suas implicações. De acordo com a proposta de Spink (1995), optou-se por criar uma categorização das representações que, a despeito de conter os significados da ação sindical, buscasse uma ligação com as implicações teóricas do conceito de participação.

As representações compartilhadas pelos membros do sindicato revelaram a concordância no sentido da ação sindical e o que ela representa para os trabalhadores em geral. Dessa forma, evidencia-se a formação de um sentimento de “responsabilidade” em torno da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Tal sentimento é reforçado pelo contexto da nova organização do trabalho em que o sujeito está exposto às condições “flexíveis” dos contratos sociais e do processo de produção. Trata-se, não apenas de “defender os direitos dos trabalhadores” mas, “ampliar” esse espaço em um cenário cada vez mais indisposto para a ação sindical. Essa constatação, de certa forma, vai de encontro às idéias de Almeida (1996) e Rodrigues (1997) ao afirmarem que a partir de 1990 o “aparato sindical” passou a agir como corporativista em sua ideologia diante de um novo proletariado industrial, mais qualificado, com uma postura mais pragmática da relação capital-trabalho, ou seja, diante do medo do desemprego. No entanto, verificou-se que, mesmo que a prática corrobore com as idéias dos autores, o sentido que os sindicalistas

conferem para a ação sindical parece ser o de responsabilidade para com a ampliação dos “direitos” dos trabalhadores, principalmente a partir de 1990:

(01) O nosso sindicato hoje tem como uma ‘coluna dorsal’ vamos assim dizer, defender o direito dos trabalhadores e, na medida do possível, estar **ampliando** esses direitos, principalmente nas condições nas quais os trabalhadores vivem atualmente, que são piores que na época de 80, mas o trabalhador não percebe. (S6)

No depoimento 01, observa-se o significado da ação sindical como “ampliadora de espaços”, conforme o conceito de Bourdieu (1998). O conceito de participação está implícito como conquista de direitos, de espaço. Assim, revela-se o significado da ação sindical compartilhado entre os membros dessa instituição. Nessa concepção, o significado compartilhado da ação sindical, sob o qual os entendimentos implícitos em torno de sua definição remetem ao conceito de participação, garante um mínimo de acordo e evita uma crise na relação entre os atores.

As formas como a ação será desenvolvida e sistematizada são legitimadas nos processos sindicais e revelam as várias estratégias de participação implementadas. Os depoimentos demonstram que uma das estratégias por meio das quais os trabalhadores se sentem mais aptos a exercerem a participação trata das assembléias: (02) “[...] *é a forma mais democrática de promover a participação [...] nas assembléias podemos exercer o direito de participar, de decidir sobre os nossos direitos.*” (S2).

A análise sugere o caráter essencial da participação no movimento sindical tanto no sentido de ampliação dos “espaços”, como afirma Bourdieu (1998); na tomada de poder ou no fazer/ter parte, de acordo com Bordenave (1994); quanto no processo de conquista do próprio direito de participar, conforme as idéias de Demo (1986). Uma vez internalizadas e compartilhadas tais representações entre os atores da pesquisa, a questão da participação emerge como um indicativo de “força” do movimento sindical. Ou seja, está legitimado aquele sindicato que consegue “motivar” os trabalhadores a participarem dos movimentos, por um lado, e aquele que consegue ampliar sua participação nas próprias decisões empresariais, relacionadas aos trabalhadores, por outro.

Nesse contexto, observa-se a evolução do significado de participação e ação sindical, representado entre os membros do sindicato, trabalhadores não associados e empresas, o qual culmina em um conflito simbólico. Nesses conflitos, a parte sindicalizada tenta legitimar sua versão de participação como sendo a “*ação para a mudança*”, ou “*ampliação de direitos*”. Essa concepção é, muitas vezes, barrada pela concepção da empresa, a qual, segundo os depoimentos dos membros do sindicato, trata a participação apenas como o “*exercício do que*

se tem direito”, restringindo a ação sindical a um exercício de poder estritamente legal e limitado. Em um segundo momento, a ação também pode ser barrada pelos próprios trabalhadores, os quais se encontram “alienados” pelas condições de trabalho atuais, o que dificulta as negociações locais.

Pode-se visualizar a evolução do significado da participação já atestada por Donadone et al. (2001) ao realizar o estudo no contexto brasileiro, comparando o significado do termo nos negócios e no movimento sindical. Percebe-se, nos depoimentos dos sindicalistas, que a força da empresa aumenta e acaba prevalecendo sobre o movimento sindical, o que demonstra, como afirmam Donadone et al. (2001), a recuperação do poder das empresas pelos patrões e gerentes, por meio da pregação do significado de participação como, por exemplo, a “gestão participativa”.

Sendo assim, as representações compartilhadas pelos membros da diretoria do sindicato analisado revelaram a ocorrência de, basicamente, duas categorias de representação: **a) fatores de resistência à participação** (do sindicato na empresa e dos trabalhadores no movimento sindical); e, **b) fatores de impulso à participação** (do sindicato na empresa e dos trabalhadores no movimento sindical). A ligação da ação sindical com aspectos referentes aos fatores de resistência à participação foram as representações mais recorrentes. Esses fatores foram representados em termos de: contexto, cultura local, ações empresariais e estrutura do sindicato. Os fatores de impulso à participação foram analisados em termos de ações do sindicato, ideologia, e ações empresariais.

O Quadro 01 mostra as principais representações dos membros da diretoria do sindicato quanto à ação sindical atrelada ao conceito de participação. Os significados compartilhados entre os atores da pesquisa revelam uma rede simbólica que perpassa por fatores do contexto onde o trabalho foi realizado, pelas próprias ações do sindicato e pelas ações empresariais.

Quanto aos fatores de resistência à participação, categoria mais recorrente nos depoimentos, observa-se o predomínio da idéia de que o sindicato perdeu forças ao longo dos anos. Um dos motivos apontados nos depoimentos é justamente o baixo comprometimento dos trabalhadores: (03) “[...] *temos vivido, de uns dez anos para cá, uma redução do movimento sindical [...] nós temos tido uma baixa participação dos trabalhadores principalmente nas assembleias [...]*” (S13).

No depoimento 03, observa-se que o contexto atual das condições de trabalho é um dos maiores impedidores (na prática) da participação dos trabalhadores nos movimentos sindicais, haja vista as políticas de flexibilização dos contratos e processos de trabalho e as

políticas econômicas neoliberais que acirram a competitividade tanto entre empresas quanto entre a força de trabalho. São fatores apontados por Alves (1999) ao afirmar que, com a reestruturação nas relações de trabalho e o incremento da mais-valia (horas extras, por exemplo) do trabalhador, o mesmo se sente acuado e, conseqüentemente, o movimento sindical perde força, segundo o autor, a partir de 1990.

Categorias de Representação	Representações Compartilhadas
Fatores de Resistência à Participação	<ul style="list-style-type: none">▪ Contexto: medo do desemprego, competitividade, alienação/perda da referência do trabalhador, políticas neoliberais, precarização do trabalho.▪ Cultura local: anomiaⁱ da população (originalmente atrelada a atividades rurais e comerciais, com as transformações ocorridas no setor trabalho, a população prefere se abster das questões que envolvem o setor industrial e continua atrelada à suas raízes), descrença e dúvida da população perante às ações sindicais.▪ Ações empresariais: ameaça de demissão, manipulação do trabalhador, subvalorização das ações sindicais; uso do poder legal; reforço da característica competitiva do mercado.▪ Estrutura do sindicato: processos burocráticos/departamentalização, anomia dos membros do sindicato.
Fatores de Impulso à Participação	<ul style="list-style-type: none">▪ Ações do sindicato: resultados favoráveis, conquistas, ação em grupo.▪ Ações empresariais: garantias legais.▪ Ideologia: crença na ação do sindicato, sentimento de identidade de trabalhador, consciência política.

Quadro 1: Mapa das categorias de representações sociais dos membros do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Mecânicas e Auto-elétricas do município em estudo

Fonte: Dados da pesquisa

O depoimento 04 revela que as condições contextuais imprimem, no trabalhador, o sentimento de “medo” perante um mercado de trabalho com relações precárias e alta

competitividade. Além disso, a perda da identidade do trabalhador enquanto possuidor de poder (força de trabalho) e direitos, acarreta a alienação do mesmo, como explicitado no trecho 04: “[...] *ele nem sabe que está perdendo direitos.*” (S15). Significa que o trabalhador está “alienado” pelas atuais condições de trabalho e deixa de participar e apoiar os movimentos sindicais, sem perceber que pode estar diminuindo seu “espaço” de poder e de direitos. Vale ressaltar o conceito de participação representado nos discursos. Para os membros do sindicato, não basta que os trabalhadores *estejam presentes* nas assembléias, por exemplo, é preciso **participar** no sentido de *fazer parte*: (04) “*É preciso atuar, expor as idéias, pôr a ‘mão na massa’ e assumir funções.*” (S15).

(04) A participação do trabalhador no movimento sindical diminuiu, principalmente depois dessa época de neoliberalismo e da nova onda capitalista. (...) o achatamento dos direitos do setor privado, o desemprego, isso tudo tem levado o trabalhador a se afastar das assembléias do nosso sindicato. Assim, o sindicato perde força também nas empresas e não tem como representar o trabalhador (...) muitas vezes, ele nem sabe que está perdendo seus direitos.”(S15).

Além do contexto, os costumes locais também oferecem resistências para o nível de participação dos trabalhadores no movimento sindical e do movimento nas empresas e na comunidade. As representações revelam que as ações do sindicato dependem da *consciência* dos trabalhadores, na medida em que esses trabalhadores estão envolvidos em relações diversas que não apenas as de trabalho, como as relações familiares, com os amigos etc. As ações cotidianas dos núcleos sociais também são determinantes para a decisão de participar. Nos discursos, revelou-se uma representação dos costumes do município como impedidores de desenvolvimento de ações sindicais. Nessa perspectiva, os principais fatores apontados foram a falta de consciência política da população, a anomia quanto aos movimentos em prol de trabalhadores, principalmente fabris, e a dúvida ou a falta de informação da população perante o movimento sindical:

(05) O coração da coisa é a consciência. Não tem como uma pessoa criar o sindicato, precisamos também do apoio da população. Nesta região que nós moramos, os trabalhadores não têm consciência do sindicato, pois as grandes indústrias vieram para cá recentemente, são trabalhadores vindos da lavoura e comércio (...) é diferente do *ABC Paulista* onde a mais de 30 anos os trabalhadores já tinham consciência dos seus direitos e se organizavam. (S5).

A análise dos depoimentos revelou que as ações empresariais também representam barreiras para as atividades do sindicato e para a participação dos trabalhadores na medida em que as empresas tentam “manipular” a identidade do trabalhador, promovendo uma imagem

negativa do sindicato, por meio de reuniões e palestras. A questão da competitividade no mercado de trabalho também é um ponto reforçado pelas empresas, além de ameaças (valendo-se do poder legal) para com aqueles que permanecem no movimento, tudo isso na tentativa de afastar o trabalhador das atividades sindicais. Nesse sentido, as negociações entre sindicato e empresa são marcadas por conflitos, conforme revelado nos depoimentos. A empresa sempre resiste respaldada por argumentos legais e, muitas vezes, por condição privilegiada.

Por meio das representações revelou-se a falta de parceria entre sindicato e empresa, o que dificulta a ação do sindicato no interior delas para a conscientização dos trabalhadores. Aspectos contextuais, o atual momento do movimento sindical, bem como as novas técnicas de gestão com estilos mais participativos que intensificam as políticas empresariais de integração do trabalhador à empresa, fazem com que a participação efetiva das entidades sindicais possa se tornar um desafio. Dessa forma, com o poder restrito da “porta para fora da fábrica”, conforme alguns depoimentos, fica difícil conquistar a participação dos trabalhadores e a própria participação do sindicato nas decisões empresariais:

(06) Hoje, o relacionamento do sindicato com as empresas é de conflito. O nosso poder é da porta para fora! Por exemplo, se há uma demissão em massa ainda tentamos minimizar com políticas compensatórias, mas poder de intervenção nós temos muito pouco. A não ser o que temos de liberdade dentro da convenção coletiva, o espaço é mínimo (...) Vivemos em uma situação difícil pois as nossas ações não surtem o efeito esperado (...) quando o sindicato não tem a participação daqueles os quais ele representa, fica difícil. (S9)

Um outro fator de resistência à participação, observado quanto às ações empresariais, é o fato da marginalização dos trabalhadores que passam a fazer parte do sindicato. Esses trabalhadores compartilham o sentimento de que sua participação no sindicato é sinônimo de *portas fechadas* em outras empresas, além de tratamento mais rígido na empresa na qual trabalham, como, por exemplo, a impossibilidade de indicação de parentes ou amigos para postos de trabalho na empresa: (07) “*Tem um chavão que usamos muito no movimento sindical que é assim: antes de você entrar no sindicato ou na diretoria a empresa usa a lei para você. Depois que você entra, a empresa utiliza o rigor da lei*” (S4).

Outro fator representado pelos sindicalistas como um elemento de resistência à participação caracteriza-se pela estrutura organizacional do sindicato em questão. A forma departamentalizada de tomada de decisão e os processos burocráticos impedem, muitas vezes, ações coletivas. Dessa forma, a decisão centralizada exerce primazia sobre o poder delegado,

comprometendo o fluxo de informações e o processo de aquisição de poder (no sentido de conquista de “espaço”) dos membros do sindicato. O envolvimento é desmotivado pela falta de conhecimento dos processos por parte dos sindicalistas.

Por meio das representações compartilhadas também revelou-se, embora com menor frequência, a ocorrência de fatores de impulso no que se refere à participação dos trabalhadores e do próprio sindicato. Nesse contexto, até mesmo a ação empresarial, que no cumprimento das legalidades deve garantir o emprego para o membro de sindicato, funciona como fator de impulso à participação. Um outro fator refere-se às próprias ações do movimento sindical e suas conquistas, o que pode funcionar como um reforço na crença do sindicato e um incentivo para o aumento da participação dos trabalhadores:

(08) (...) o movimento sindical de um modo geral foi o que alavancou a conquista de vários direitos, a redução da jornada de trabalho, participação nos lucros e resultados e a Convenção Coletiva do Trabalho por exemplo, foram conquistas do movimento sindical. Nesta cidade, o nosso sindicato (dos metalúrgicos) é o *carro-chefe* (S5).

Outro elemento predominante nos depoimentos como fator de impulso à participação é a própria ideologia dos membros do sindicato e dos trabalhadores em geral. A ideologia está expressa na crença da conquista dos direitos dos trabalhadores e na ampliação do espaço do movimento sindical. Trata-se de recuperar a *referência de trabalhador* muitas vezes alienada pelas condições de trabalho atuais. Além disso, a crença na “força do grupo” impulsiona para a participação coletiva e para a legitimação das ações sindicais: (09) “*um valor maior na hora extra e as pausas no período de trabalho se devem à força do grupo [...] quando o ‘grupo’, as pessoas estão buscando um mesmo objetivo, descobrindo caminhos juntos, fica mais fácil alcançar os nossos direitos.*” (S8).

Compreender o processo pelo qual os sindicalistas interpretam o tema participação no movimento sindical não é tarefa fácil e inclui, principalmente, uma **visão sistêmica** das representações dos sindicalistas. Para tanto, elaborou-se um mapa cognitivo (Figura 1) baseado nas representações sociais dos sindicalistas em torno da ação sindical e da participação.

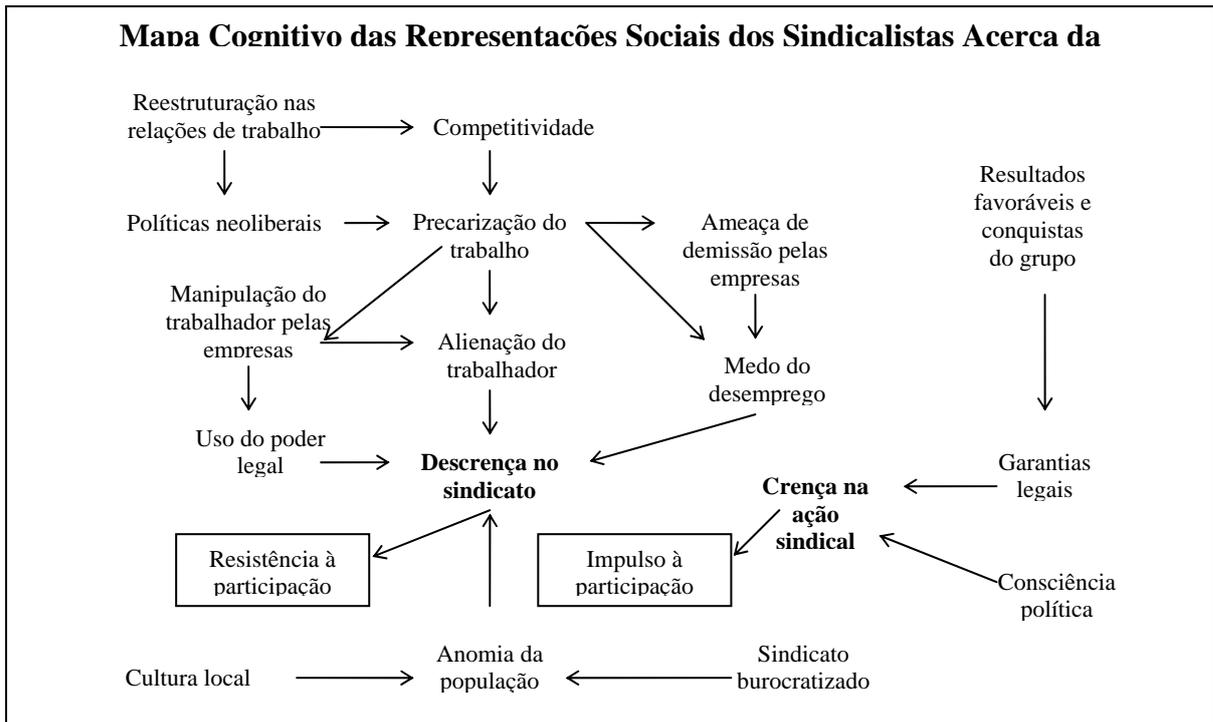


Figura 1: Mapa cognitivo das representações sociais dos sindicalistas
 Fonte: Dados da pesquisa

Esse mapa possibilitou a associação de idéias entre os elementos cognitivos da representação, além de explicitar a relação das categorias levantadas anteriormente, com a percepção da participação no movimento sindical, compartilhada pelo grupo.

No esquema da Figura 1, os elementos representados por retângulos são as principais categorias de representação reveladas pela análise dos depoimentos apresentados: fatores de resistência à participação e fatores de impulso à participação. A partir dessas categorias, foram relacionados vários outros elementos da representação que interagem entre si.

Esse processo de interação está representado na Figura 1 por esquema de “setas”, mostrando a interação das idéias acerca da participação. Nota-se que a interação entre os elementos converge para dois elementos da representação: descrença no movimento sindical e crença no movimento sindical.

Todo o esquema esboça um processo de desenvolvimento individual que, compartilhado, remete ao processo de participação no movimento sindical. Na análise da Figura 1, observa-se que o processo de reestruturação nas relações de trabalho encaminha para a descrença no movimento sindical, no sentido de que participar do movimento poderia acarretar perda do emprego. Esse fato é reforçado pela cultura local em que a população não conviveu com manifestações sindicais pelo estabelecimento relativamente recente do parque industrial no município. Por outro lado, as próprias conquistas do movimento sindical para os

trabalhadores do município, parece ser o caminho para que a crença no movimento sindical se restabeleça, contribuindo para a participação no movimento.

A TRS contribuiu para as constatações visto que permitiu a mediação objeto (o fenômeno da participação) e o mundo (a percepção dos sindicalistas), conforme as idéias de Jovchelovitch (1995). Essa mediação possibilitou a exteriorização do significado da participação no sindicato, considerando o contexto da reestruturação nas relações de trabalho, bem como as particularidades do município em estudo. Essa postura epistemológica foi adotada mediante a comunicação e as práticas sociais dos próprios sindicalistas: a linguagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho pretendeu-se analisar as percepções de membros do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Mecânicas e Auto-elétricas, no sul de Minas Gerais. A finalidade foi apreender algumas visões consolidadas no processo de participação nas ações do movimento sindical.

A contextualização, envolvendo as novas formas de organização do trabalho, justificou-se pela importância dada aos movimentos sindicais nesse contexto, bem como ao processo de evolução do movimento sindical diante das mudanças trabalhistas, sociais e econômicas. Dessa forma, a contextualização deu sustentação à discussão empreendida sobre a participação, considerando os antecedentes históricos do movimento sindical. Além disso, um resgate do conceito de participação e de sua evolução no cenário do sindicalismo, justificou a análise dos resultados e as analogias entre as representações dos sindicalistas e o conceito de participação.

A opção teórico-metodológica para direcionar as análises foi a Teoria das Representações Sociais e o método empreendido foi a análise qualitativa, permitindo a identificação dos aspectos individuais mediante a externalização das representações dos sindicalistas no ambiente social. Acredita-se que a utilização das representações sociais adiciona uma nova perspectiva teórica e metodológica para lidar com a problemática da participação, ao considerar que esse fenômeno depende das percepções compartilhadas entre os atores sociais.

Os depoimentos dos membros do sindicato revelaram a ocorrência de duas categorias de representação: a) fatores de resistência à participação; e, b) fatores de impulso à participação.

No que tange aos fatores de resistência à participação, foram identificados como elementos de resistência, o contexto, a cultura local, as ações empresariais e a própria estrutura do sindicato. Tais elementos apareceram ligados a um sentimento que justificava a “não participação” nos processos do sindicato ou nas decisões empresariais. Pode-se concluir que a resistência à participação é frequentemente ligada ao “medo” (de perder o emprego, por exemplo) ou à descrença e falta de informação quanto aos propósitos e ações sindicais.

Quanto aos fatores de impulso à participação, foram identificadas as ações sindicais e empresariais e a ideologia. Ou seja, em contrapartida às forças de resistência, os elementos impulsionadores estão muito mais ligados a sentimentos de convicção e crença no movimento sindical. Porém, o que se pôde perceber é que tais sentimentos estão sempre atrelados a conquistas ou ações já legitimadas pelo sindicato, o que pressupõe uma participação ativa de seus membros. Dessa forma, o processo de participação nos movimentos sindicais depara-se com um círculo de dependência onde: participação gera participação. Nesse contexto, a ação dos agentes de conscientização, tanto dos membros do sindicato, dos trabalhadores e da comunidade, se faz mister como um fator de impulso à participação.

Acredita-se que este trabalho, sustentado pela opção teórico-metodológica das representações sociais, possa contribuir para pesquisas em torno da questão da participação nos movimentos sindicais e em vários tipos de instituições, bem como para a compreensão dos membros das instituições a respeito de suas estratégias de ação.

PRODUCTIVE REESTRUCTURATION, UNION MOVEMENT AND PARTICIPATION: A STUDY FROM THE STANDPOINT OF THE SOCIAL REPRESENTATIONS

Abstract

The objective is to analyze the perceptions of the members of the Union of the Workers of the Mechanical and Auto-electric Industries, in the south of Minas Gerais. The purpose is to apprehend standpoints consolidated about of the participation process. To reach the objective of the work, it was used the Theory of the Social Representations as epistemological position of study, and of the qualitative analysis of interviews as method. The study initiates with a contextual analysis of the work in the contemporary society, as well as of the development of the trade unionism in this context. Later, some reflections concerning the participation concept had been presented. The analyses had disclosed the occurrence of two categories of representation: the factors of resistance to the participation; e, b) factors of impulse to the participation. It is given credit that this work can contribute for research concerning the phenomenon of the participation, mainly the union movement. Moreover, the work can assist

in the understanding of the trade unionist and other institutions, regarding its strategies of action.

Keywords: Job relations. Union movement. Social participation. Representations.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Durkheim (1930), evidencia que cada sociedade, em um dado momento histórico, tem uma consciência moral daquilo que cabe a cada membro. Existe, assim, uma verdadeira regulamentação que a consciência da sociedade impõe aos seus integrantes. Mas, pode ocorrer que a sociedade seja perturbada por transformações. Nessa ocasião, a sociedade torna-se desprovida da regulamentação que está na consciência de cada indivíduo. Nessas circunstâncias, as normas tradicionais perdem a sua autoridade e surge um estado de desregramento, ou seja, de anomia, o que se reforça pelo fato de que as paixões se tornam menos disciplinadas exatamente no momento em que teriam necessidade de uma disciplina mais rígida.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999.

_____. **Associativismo Rural e Participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, p. 100, 1997 (curso de especialização pós-graduação “lato sensu”. Gestão de programa de reforma agrária e assentamento).

ALMEIDA, M. H. T. **Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Edusp, 1996.

ALVEZ, G. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Práxis, 1999.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 95).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998. 611 p.

BURREL, G; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. New Hampshire: Heinemann, 1979.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. Fortaleza, Ed. Universidade Federal do Ceará, 1986.

DONADONE, J. C; GRÜN, R. Participar é preciso!: Mas de que maneira?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.16, no.47, p.111-126. Out. 2001.

DURKHEIM, É. **O suicídio: estudo sociológico**. Paris: Presses Universitaires de France, 1930;

FILGUEIRAS, L. A. M. Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste fim de século. In: V ENCONTRO NACIONAL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO – ABET. **Anais...** 1997.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época; v. 84).

GUARESCHI, P; JOVCHENOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

JOVCHENOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros; intersubjetividade, espaço público e representações sociais. GUARESCHI, P; JOVCHENOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

KATZ, H; DARBISHIRE, O. **Converging divergences: worldwide changes in employment systems**. Ithaca: ILR Press, 2000.

LARANGEIRA, S. M. G. A reestruturação das telecomunicações e os sindicatos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 18, n.52, p. 81-107, Jun. 2003.

LEITE, E.M. Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil. In: BRUNO, L. (org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, S. S. Participação nos lucros ou resultados: oportunidade ou desafio para o movimento sindical? In: 26. ENCONTRO ANUAL DA ANPAD. 2002, Salvador. **Anais...** Salvador ANPAD, 2002.

MINAYO, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. GUARESCHI, P; JOVCHENOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

OKLEY, P.; MARSDEN, D. **Approaches to participation in rural development**. Genebra: International Labour Office, 1985.

RODRIGUES, I. Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística. ANTUNES, R.; BEYNON, H; McILROY, J.; RAMALHO, J. R. & RODRIGUES, I. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo : Boitempo, 1997.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas; uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P; JOVCHENOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SORJ, B. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 15, n. 43. Jun. 2000.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais.
GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis:
Vozes, 1995.
